



O ENSINO DE LÍNGUA SOB O OLHAR ENUNCIATIVO
(THE TEACHING OF A LANGUAGE UNDER THE ENUNTIATIVE LOOK)

Marília Blundi ONOFRE (Universidade Federal de São Carlos)

ABSTRACT: *The purpose of this paper is to articulate the notions of language (considered here as a general and a particular system of communication) in order to develop a linguistic study of enunciative postulates. Thus, such linguistic analysis would search the language operations responsible for being the vehicle for a certain meaning. It could be emphasized that this proposal could lead to a teaching practice which follow the National Syllabuses Parameters guidelines.*

KEY WORDS: *enunciation, teaching, grammar, language*

Um simples olhar pela linguagem deixa-nos ver o potencial que as estruturas lingüísticas apresentam para o estabelecimento de relações léxico-gramaticais no processo de constituição da significação, o que vai muito além das estruturas estereotipadas presentes nas gramáticas e dicionários da língua. Esse fato tem colocado para os lingüistas a difícil tarefa de abordar o sistema lingüístico (língua) sem perder de vista a significação, fruto da atividade de linguagem. Ao mesmo tempo, tem levado aqueles que se dedicam ao ensino-aprendizado de língua a buscarem respostas, quer na lingüística quer em propostas curriculares, para o desenvolvimento de tal prática. O que observamos, porém, é que nem mesmo as propostas curriculares apresentam claramente uma prática a ser seguida para o desenvolvimento da competência lingüística. Se se considerarmos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) recentemente divulgados pelo MEC, verificamos aí estabelecidos os seguintes objetivos gerais de língua portuguesa para o ensino fundamental:

“ Ao longo dos oito anos do ensino fundamental, espera-se que os alunos adquiram progressivamente uma competência em relação à linguagem que lhes possibilite resolver problemas da vida cotidiana, ter acesso aos bens culturais e alcançar a participação plena no mundo letrado. “ (BRASIL, 1997: 41).

E como forma de se concretizarem tais objetivos seguem as capacidades a serem desenvolvidas nos alunos a partir das quais o ensino deverá organizar-se. Nas diretrizes para o desenvolvimento da habilidade lingüística, sempre o que se ressalta é o processo de interação entre os interlocutores, no qual o sujeito deve saber posicionar-se, frente ao outro, frente ao mundo, e em função da situação enunciativa instaurada.

E aqui a questão que se nos coloca, que é a questão que intriga os professores de língua portuguesa, é: como fica a gramática a ser ensinada na escola a partir dessa perspectiva ?



Os PCNs, assim como todas as propostas de ensino de língua portuguesa que já circulam, indicam o que não se deve fazer em relação à gramática, porém não falam como abordá-la, não assumem uma posição definida, nem apresentam um caminho a ser adotado pelo ensino. A gramática deve ser abolida, entendendo-se que a organização léxico-gramatical se faz por intuição? Ela deve continuar pautada nos padrões tradicionais, em discordância com os objetivos do ensino de língua, uma vez que esse modelo não dá conta da atividade de linguagem?

Esses dois caminhos apontados para a gramática, e somente esses dois são vislumbrados pelos professores de língua, não são indicados para se desenvolverem os objetivos estabelecidos para o ensino. É preciso propor um estudo gramatical que venha ao encontro de tais objetivos.

Para tanto, há de se considerar que no cerne desses objetivos está a concepção de linguagem como produção de significação desenvolvida por interlocutores em situação de enunciação. Abordar a linguagem sob tal concepção implica uma revisão do conceito que se tem de gramática, ou seja, implica deixar de compreender a gramática como um estudo metalinguístico, visando a compreendê-la como um conjunto de operações de linguagem que, em relação com o léxico, são desenvolvidas por sujeitos na construção da significação. Nesse sentido é que propomos a substituição do modelo normativo da gramática tradicional por um modelo enunciativo. Tal substituição justifica-se à medida que o papel da primeira é inventariar um modelo que deve ser preservado como forma padrão de língua, o que não condiz com a concepção de linguagem adotada nos parâmetros, já que nesse modelo apagam-se os interlocutores e o diálogo. Por sua vez, o modelo enunciativo proposto leva em conta o processo de atividade de linguagem, o que significa considerar a linguagem como a produção de significação por interlocutores envolvidos em uma situação de enunciação. Ao observarmos o modelo normativo em relação ao enunciativo, estamos contrapondo uma gramática do produto linguístico a uma gramática da produção linguística. A primeira fragmenta a relação linguagem/língua limitando-se ao reconhecimento dos arranjos da língua, e a segunda pretende dar conta da interdependência da relação linguagem/língua, considerando a linguagem enquanto atividade humana de produção da significação, e a língua como sistema de representação linguística que viabiliza a linguagem. Nesse sentido, a gramática da produção linguística procura estabelecer as operações de linguagem responsáveis pelo sentido. Essas operações são comuns a todas as línguas, e são identificadas como *invariantes*, porém a forma como elas exprimem-se nas línguas varia de uma para outra. Assim, na construção da significação articulam-se as invariantes processuais (no âmbito da linguagem) e as variantes linguísticas responsáveis por veicular as operações de linguagem (no âmbito da língua). Essa articulação entre linguagem/língua é proposta por A. Culioli, de cuja reflexão nos apropriamos, e leva-nos a reorganizar nossos conceitos adquiridos por uma tradição de estudos linguísticos com base estruturalista; sobretudo no que diz respeito às distinções que se estabelecem entre morfologia, sintaxe, semântica, discurso.

Para exemplificar nossas observações, trazemos algumas reflexões a respeito da gramática da língua tendo como parâmetro o significado que determinadas estruturas



assumem na enunciação. Apresentamos o seguinte enunciado a partir do qual fazemos algumas ponderações:

“ *O quintal de nossa casa era grande, mas não tinha galinheiro, como quase toda casa de Belo Horizonte naquele tempo. Tinha era uma porção de árvores (..)* “. (SABINO, 1990: 19)

Dado o enunciado, observamos o sintagma *não tinha galinheiro*, e consideramos que neste contexto ele atua semanticamente como um adjetivo, uma vez que qualifica *quintal*. Dessa forma, pensamos que se a língua nos oferecesse um adjetivo com esse traço semântico poderíamos empregá-lo em substituição ao sintagma (salvaguardadas as diferenças enunciativas). Como exemplo poderíamos criar o adjetivo **desgalinheiro* para qualificar o quintal, da mesma forma que para o sintagma *tinha uma porção de árvores* poderíamos empregar *arborizado* para qualificá-lo.

O que podemos observar a partir dessas considerações é que nem todas as construções lexicais propostas são previstas pela gramática, assim como não é prevista a leitura que fizemos dos enunciados *não tinha galinheiro* e *tinha uma porção de árvores*, considerando-os, sob o ponto de vista enunciativo, como qualificadores.

Podemos observar do mesmo modo, que se submetemos tais enunciados à análise tradicional, seu valor semântico será desprezado, à medida que são classificados sob o ponto de vista puramente sintático, como predicados verbais que apresentam complementos verbais (objeto direto). Por outro lado, se inserirmos esses enunciados em outra construção em que exerçam a função sintática de oração subordinada, como, por exemplo, em: *um quintal que não tinha galinheiro...* ou *um quintal que tinha uma porção de árvores...*, os mesmos enunciados passam a ser reconhecidos como adjetivos, classificados como orações subordinadas adjetivas, passando a valer a noção semântica adjetiva, antes desconsiderada. Com isso, verificamos que o modelo proposto pela gramática tradicional apóia-se em critérios ora formais, priorizando as marcas sintáticas em detrimento dos valores semânticos, ora sintáticos e semânticos valendo-se dos dois critérios. São fatos como esses que nos levam a repensar a gramática da língua.

Considerando as seguintes ocorrências:

1. O quintal *não tinha galinheiro*; e
2. O quintal era **desgalinheiro*

é possível observar que os termos grifados em 1 e 2 estão predicando quintal, e podemos dizer que essa predicação é de *qualificação*. Assim, se aplicarmos as noções de invariantes e variantes lingüísticas (cf. citamos acima) a esses termos, podemos analisá-los como variantes lingüísticas geradas pelo mesmo processo lingüístico, que vem a ser a invariante, que possibilita a aproximação entre essas ocorrências. Abrimos um parêntese aqui para dizer que desse modo é que se pode falar em paráfrase, i. é. como processos de linguagem que se correspondem em sua origem (invariantes), mas que se distinguem quanto à enunciação (variantes), ou seja quanto às marcas



enunciativas. Tal concepção difere do conceito tradicional de paráfrase que a conceitua como *diferentes construções que têm o mesmo sentido*.

Retomando os termos grifados em 1 e 2, é preciso, então, apontar quais são as operações (invariantes) que estão na origem dos enunciados 1 e 2 responsáveis por gerar o traço de *qualificação*.

Para isso, estabelecemos que os enunciados 1 e 2 têm em comum, em sua origem, a noção de *ter propriedade x*, que se atribui a quintal; assim temos as seguintes relações morfo-sintático-semânticas comuns aos enunciados citados:

<quintal ter propriedade x>,

em que *propriedade x* corresponde a galinheiro.

Essas relações que indicamos podem ser identificadas segundo o modelo de operações enunciativas proposto por Culioli. Tal modelo estabelece que a construção da significação atende a três relações, que são, a relação primitiva, a predicativa e a enunciativa; relações que podem ser recuperadas por meio de marcas presentes nos enunciados. A relação primitiva diz respeito à colocação de noções, ainda indeterminadas, em relação. Nesse momento, instauram-se os sujeitos enunciadore, aquilo que se quer enunciar e um conjunto de possibilidades de construções enunciativas (famílias parafrásticas) que se apresentam ao sujeito a fim de que ele escolha aquela que veicule a significação desejada. Podemos considerar, assim, que *<quintal ter propriedade x>* corresponde à relação primitiva dos enunciados 1 e 2; e podemos considerar ainda, que essa relação pode gerar uma cadeia de possibilidades a que chamamos família parafrástica, onde encontramos os enunciados 1 e 2 lado a lado, como por exemplo:

- O quintal tem galinheiro
- O quintal tinha galinheiro
- O quintal não tinha galinheiro
- O quintal era *desgalinheirado
- O quintal *desgalinheirado

À medida que se estabelece que os enunciados 1 e 2 são gerados a partir da mesma relação primitiva, podemos dizer que eles se distinguem pelas relações predicativas e enunciativas.

A primeira, predicativa, é responsável pela organização dos enunciados tais como eles se apresentam hierarquizados sintaticamente. Por exemplo, *o quintal* é selecionado como o *termo origem* da predicação, é ele que recebe a predicação de qualificação. Sobre essas relações são, ainda, imprimidas as marcas modais e aspectuais que indicam, respectivamente, a *asserção negativa* dada em *não ter* (não tinha), e o aspecto *imperfectivo* dado em *tinha* e em *era*. Considerando a ocorrência *desgalinheirado é possível dizer que a marca da noção *ter* está dada no sufixo *-ado*,



em **galinheiro* que se lê como *ter galinheiro*, enquanto o modalizador *não* realiza-se pelo *des-*.

A relação enunciativa marca os enunciados quanto aos enunciadores e ao momento da enunciação, o que se dá, por exemplo, pelas marcas intonacionais, pela assunção da enunciação.

Depois dessas considerações, retomamos a questão inicial que nos levou a essas reflexões, ou seja, as inconsistências da gramática normativa que tem servido como modelo para o ensino-aprendizado de língua, entre as quais ressaltamos a análise sintática que se faz do enunciado *o quintal não tinha galinheiro*, em que não se considera o valor semântico de *qualificação* que se atribui a quintal, diferentemente do enunciado *o quintal era *desgalinheiro*, que mantém com o primeiro uma relação parafrástica, e que é analisado levando-se em conta o valor semântico. Procuramos mostrar que nos enunciados em questão, 1 e 2, está presente a marca de qualificação, resultante de relações léxico-gramaticais, identificadas como relações primitivas e predicativas, e como tal não pode ser desprezada em uma análise gramatical.

A análise que propomos implica uma gramática da produção lingüística.e, dessa forma, rompe com conceitos gramaticais prefixados.

Considerações Finais

As reflexões desencadeadas apontam um caminho para se abordar a gramática da língua levando em conta a significação gerada na relação morfo-sintático-semântico-discursiva. Desse modo, consideramos poder desenvolver o que se propõe, em teoria, nos Parâmetros Curriculares, ou seja, abordar a gramática sob a ótica enunciativa. Conforme observamos, tal abordagem implica a articulação entre língua e linguagem, que se faz pela identificação das marcas léxico-gramaticais presentes na língua, que, por sua vez possibilitam que se recuperem as operações de linguagem responsáveis por gerar uma dada significação. Nesse sentido, podemos dizer que estamos propondo uma gramática da produção lingüística que trabalha com operações de linguagem, e não uma gramática do produto lingüístico que trabalha com conceitos prefixados. Pretendemos, assim, poder desenvolver uma prática que vá ao encontro da teoria que sustenta os Parâmetros Curriculares, ou seja, desenvolver um estudo gramatical sob a ótica enunciativa.

RESUMO: Propõe-se, neste texto, a articulação entre linguagem e língua para o estudo lingüístico, tendo em vista pressupostos enunciativos. Nesse sentido, uma análise lingüística deve buscar as operações de linguagem responsáveis por veicular uma dada significação. Ressaltamos que tal proposta pode refletir uma prática pedagógica que vem contemplar o que se propõe teoricamente nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: enunciação, ensino, gramática, linguagem

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. v. 2. Brasília: MEC, 1997.

CUNHA, C. e CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation. Operations et.representations*. Paris: OPHRYS, 1990.

ONOFRE, M. B. A análise lingüística sob a perspectiva enunciativa: uma reflexão sobre a transitividade. In: *Revista brasileira de letras*, v.1, n. 1, p. 49-54, São Carlos: Departamento de Letras-UFSCar, 1999.

REZENDE, L. M. *Estudo do instrumento de avaliação: prova de comunicação e expressão do vestibular*. Pesquisa 1, São Paulo, VUNESP, 1988.

SABINO, F. *O menino no espelho*. Rio de Janeiro: Record, 30. Ed. 1990.